

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.102 - MG (2019/0128814-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SEQUOIA - PASSOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/S
LTDA
AGRAVANTE : BORSARI & BORSARI LOTEAMENTO LTDA - EPP
ADVOGADOS : JOSE THIAGO DE SIQUEIRA BASTOS E OUTRO(S) - SP185909
BRUNO TADEU SIMÕES MILO - MG139913
RENAN VIEIRA ANSELMO DE OLIVEIRA - SP381117
AGRAVADO : ELAINE CRISTINA TEIXEIRA ANDRADE
ADVOGADO : HENRIQUE SANCHES DE ALMEIDA - MG141618

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BORSARI & BORSARI LOTEAMENTO LTDA - EPP e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS - CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - COMISSÃO DE CORRETAGEM - TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO AO COMPRADOR - DEVER DE INFORMAÇÃO - DESCUMPRIDO - COBRANÇA INDEVIDA - RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO - INOCORRÊNCIA. É válida a cláusula contratual que transfere ao comprador a obrigação de arcar como pagamento da comissão de corretagem nos contratos de compra e venda de imóvel em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço da aquisição, com destaque do valor da comissão de corretagem (REsp n. 1.599.511 /SP). Para a repetição de indébito em dobro faz-se necessário prova do pagamento indevido e que a cobrança decorra de comprovada má-fé.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não

foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente